

V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



180-A INFLUÊNCIA DAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA ZONA DA MATA – MG

Identidade, valores e governança das cooperativas

Cleiton Silva Ferreira Milagres¹
cmilagres03@yahoo.com.br
Diego Neves de Sousa²
diegokyrios@yahoo.com.br
Nora Beatriz Presno Amodeo³
npresno@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais – Brasil.

Resumo

A pesquisa visa analisar o cumprimento do sétimo princípio cooperativo (Interesse pela comunidade) por parte das cooperativas da região da Zona da Mata Mineira e avaliar, também, o grau de contribuição destas cooperativas com a comunidade na qual se encontram inseridas. Parte-se do pressuposto que essas organizações podem e devem ser um ator social coletivo relevante no desenvolvimento comunitário. A participação e a educação cooperativista pretendem construir novas relações entre as pessoas, o que também, repercutiria na comunidade, contribuindo assim para o desenvolvimento e a promoção da cidadania. Desta forma, para as cooperativas, o cumprimento desse princípio representaria muito mais que as já clássicas políticas de responsabilidade social implementadas pelas empresas em geral. Com o intuito

¹ Graduando em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e bolsista de Iniciação Científica do PROBIC/FAPEMIG.

² Graduando em Gestão de Cooperativas da UFV.

³ Professora Adjunta do Departamento de Economia Rural da UFV.

de comprovar esta hipótese, foram enviados questionários, com questões abertas e fechadas, a 84 cooperativas da Zona da Mata/MG, visando à obtenção de dados qualitativos sobre os projetos que essas desenvolvem relacionados à participação da comunidade, bem como as atividades por elas organizadas ou financiadas que poderiam ser consideradas como cumprimento do sétimo princípio. O artigo visa apresentar e discutir os resultados desta pesquisa.

Palavras-chave: Cooperativas, Participação, Desenvolvimento Comunitário, Gestão Social

Abstract

The research aims to analyze the fulfillment of the seventh cooperative principle (Interest in the community) in the cooperatives located at the Zona da Mata Mineira and to evaluate the contribution level of these cooperatives with the community in which they are in. It is presupposed that these organizations can and must be a relevant social collective actor in the community development. The cooperativist participation and education intend to build new relationships among people, what would also be spread to the community, contributing to the citizenship development and promotion. In this way, for the cooperatives, this principle fulfillment would represent much more than the classic social responsibility policies implemented by the companies in general. With the objective of proving this hypothesis, questionnaires with open and close-ended questions were sent to 81 cooperatives in the Zona da Mata/MG, seeking the qualitative data collection about the projects developed by them related to the community's participation, as well as the activities organized and financed by them that could be considered as the seventh principle fulfillment. The article aims to present and discuss the results of this research.

Key-words: Cooperatives, Participation, Community Development, and Social Management.

Introdução

Este artigo foi escrito a partir de dados alcançados na pesquisa de iniciação científica (2007)⁴ que estudou a influência das cooperativas no desenvolvimento comunitário da região da Zona da Mata Mineira e identificou como essas organizações estariam aplicando na prática o sétimo princípio cooperativo: Interesse pela Comunidade.

Parte-se do pressuposto que essas organizações podem e devem ser um ator social coletivo relevante para o desenvolvimento comunitário. A participação e a educação cooperativista pretendem construir novas relações entre as pessoas, o que também, repercutiria na comunidade, contribuindo assim para o desenvolvimento e a promoção da cidadania.

⁴ A Influência das Cooperativas no Desenvolvimento Comunitário da Zona da Mata – MG /Relatório de Pesquisa (2007). PROBIC/FAPEMIG/UFV.

O desenvolvimento comunitário envolve pessoas e as vocações da comunidade local, seu papel relevante é o fato da ação comunitária não ter um dono e ser de todos, fato que se assemelha com a característica principal das cooperativas de ser uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida; nelas predominam a livre admissão, onde o “nós” prevalece de forma participativa na construção do bem comum. O fato dos atores sociais presentes na comunidade compartilharem as responsabilidades sociais, isto é, cada um se sentir forte, importante e ativo na construção de um bem público, oferecendo seu esforço físico, mental e material ou financeiro ao que é reclamado por todos, configura a verdadeira ação comunitária (FERREIRA NETO, 1987) que por sua vez tem uma forte relação com as organizações cooperativas devido ao sétimo princípio aqui estudado, já que a preocupação com a comunidade é o que sustentará no futuro a cooperativa e irá permanentemente comandar os seus diferentes sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos.

Sabe-se, no entanto, que as organizações cooperativas, enquanto organização comunitária poderia ser uma instituição importante na promoção da participação social dos envolvidos na comunidade e conduzir suas ações e decisões a fim de promover o desenvolvimento, seja em sua infra-estrutura econômica ou nas instituições políticas. Poderiam também, mediante a participação de seus associados, serem promotoras da ação comunitária e conduzir projetos/programas para a comunidade na qual se encontram inseridas, visto que os seus donos-usuários seriam também agentes e beneficiários. Assim, ao capacitar os seus associados para a participação, se promoveria simultaneamente a formação de cidadãos capazes de participar na gestão das políticas públicas. Deste modo, cooperativas seriam organizações com presença na comunidade e, como tais, poderiam transformar-se em atores coletivos com papel destacado no processo de desenvolvimento.

Pode-se dizer que a preocupação com o desenvolvimento comunitário está explícita nos princípios cooperativos, como se pode analisar especificamente através do sétimo princípio: Interesse pela comunidade, o qual esclarece que as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros, isto é: “os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades” (PINHO, 2000 p.23) sendo também, agentes de mudança social.

Ao discutir como o desenvolvimento poderia ser processado, Amartya Sen (2000) acrescenta que este deve ser entendido, principalmente em termos do fortalecimento das capacidades das pessoas de exercerem o tipo de vida que valorizam, logo, numa perspectiva em que se norteia o processo de desenvolvimento junto aos atores sociais, faz-se necessário advertir que a discussão acerca do termo participação não é nova e que origina diversas práticas que se relacionam com o coletivo e não com o individual, sendo assim compartilhamos do conceito de Ferreira Neto (1987) a respeito de como poderíamos interpretar o desenvolvimento comunitário:

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a seqüência articulada de

esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. (FERREIRA NETO, 1987, p.15)

Em consonância com o exposto por Ferreira Neto (1987), Iván Lira (2005) acrescenta que o desenvolvimento local atribuído deste fator comunitário é um processo eminentemente endógeno, ou seja, que procura aproveitar suas potencialidades próprias – naturais, humanas, institucionais e organizacionais – para transformar os sistemas produtivos locais com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população. No entanto, essas transformações na qualidade de vida seriam consequência também da própria ação dos cidadãos beneficiários, já que eles se transformariam em verdadeiros atores no processo de desenvolvimento, participando desde a idealização até a avaliação, incluindo a decisão, o planejamento, a execução e o controle dos projetos e processos de desenvolvimento. Por isso, quando se investe no desenvolvimento da participação e da capacitação dos cidadãos, estaria se promovendo também, paralelamente, o desenvolvimento local, porque se capacitariam àqueles que modificariam as condições de vida e sua situação, capacitando-os para agir ativamente na sua realidade, podendo utilizar para isso a própria cooperativa.

Kliksberg (2000) em seu trabalho sobre “as seis teses não convencionais sobre participação”, nos faz refletir no quanto é imprescindível uma abertura para ajudar que as promessas da participação comunitária possam se tornar realidade em benefício dos amplos setores desfavorecidos da região, de por em foco a nova legitimidade da participação e ainda, de identificar algumas das principais resistências à participação e sugerir estratégias para encará-las. Ainda reforçando a questão da participação no processo de desenvolvimento, para esse mesmo autor a participação tem triunfado no discurso, mas na prática nem tanto. A participação implica profundas mudanças sociais, portanto gera resistências e, ao ameaçar interesses estabelecidos, se desenvolvem estratégias para impedir que elas sejam implementadas realmente.

Nesse sentido, processos de desenvolvimento para o modelo cooperativista poderiam acontecer, já que nesse tipo de organização deveria haver uma estrutura de gestão mais participativa e que incorporasse em sua definição valores e princípios que deveriam guiar sua conduta (PRESNO AMODEO, 2006).

Como explanado por Presno Amodeo (2006), os princípios seriam os lineamentos através dos quais as cooperativas praticam os seus valores. Estes formam parte da identidade das cooperativas e marcariam, por sua vez, um estilo de estratégias e de ação que deveriam guiar essas empresas. No entanto, muitas vezes, eles não são necessariamente considerados em toda sua relevância para a gestão, podendo, desta forma, tanto as esvaziar de conteúdo, como as limitar, não só na sua possibilidade de alcançar os seus objetivos e cumprir a sua missão, como na sua própria potencialidade competitiva de estar no mercado. Valores e princípios que só seriam enunciados vazios, caso não se incorporem nas rotinas de gestão e sejam

difundidos e apreendidos pela educação cooperativa, a qual tem funções bastante maiores que a simples difusão desses princípios. Nesse sentido:

... os associados capacitam-se mediante a própria gestão democrática e a ação social das cooperativas e conseguem assim desenvolver conjuntamente projetos ou influenciar as políticas que os afetam. Assim, a gestão social da cooperativa baseia-se em processos de capacitação permanente, os que deveriam re-alimentar também a comunicação intra-organizacional, onde os fluxos de informação se transformem em elementos que contribuam na articulação eficiente das estratégias empresariais. Nesse marco entende-se a gestão social e a educação cooperativa (PRESNO AMODEO, 2006, p.157).

Baseado nesses aspectos pode-se introduzir que a dimensão comunitária para o desenvolvimento através das cooperativas coloca os associados (também donos da cooperativa) na condição de agentes capazes de promover projetos e influenciar nas políticas locais, e isso só seria possível se priorizássemos um bom trabalho com o quadro social da cooperativa.

Em conseqüência disto, para que a cooperativa venha se tornar forte e tenha potencialidades de mercado, a participação deveria ser priorizada e um equilíbrio entre a gestão empresarial e a gestão social deveria ser estabelecido. Na comprovação dessa hipótese positiva, faz-se necessário uma análise do campo de ação da cooperativa, sob uma perspectiva social, representada na participação direta em ações ou políticas públicas ou ainda através de investimentos em projetos sociais. Deste modo, a participação implicaria em “devolver para a população um direito que lhe pertence” (IGLESIAS *apud* KLIKSBURG, 2000, p. 171).

Partindo da filosofia da cooperação e da solidariedade, as cooperativas deveriam também atuar com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentado das comunidades onde estão inseridas, contribuindo com os associados no seu próprio desenvolvimento, sendo assim socializado comunitariamente, e não só visado para a empresa individualmente. Essa seria uma forma de evitarem a incoerência de serem empresas ricas com associados e colaboradores pobres. É neste sentido que a gestão democrática, alicerçada na participação do corpo associativo, é fundamental para o sucesso da empresa cooperativa, visando atender seus interesses e necessidades econômicas individuais (VALADARES, 2005).

Alguns dirigentes cooperativos afirmam que as organizações cooperativas só podem atuar socialmente depois de terem sucesso econômico, porém, ao mesmo tempo, para terem este resultado, se obrigam a realizar investimentos sociais para promover os seus valores e princípios – que estão alinhados a questões de participação, poder e desenvolvimento – além de capacitar seus associados. Isso não tem restringido a expansão do movimento cooperativista e do seu reconhecimento, permitindo o crescimento da comunidade em que está inserida e a capacidade de enfrentar mudanças.

Valadares (1995) aponta que as cooperativas defrontam-se, portanto, com uma situação em que têm que conciliar sua atividade econômica empresarial com a concretização de formas de caráter mais participativas por parte de seus cooperados. Esta questão é um dos pilares da contradição fundamental da ação cooperativa numa economia de mercado, expressa no

conflito de idéias entre direção e gestão empresarial no negócio cooperativo. Dentro deste marco, o estudo visa embasar como se dão esses processos na prática cooperativa da Zona da Mata Mineira

Caracterização da Região Estudada

A Zona da Mata de Minas está localizada a sudeste do Estado de Minas Gerais limitando-se com as microrregiões Alto Rio Grande, Campos da Mantiqueira, Espinhaço Meridional, Siderúrgica, Bacia do Suaçuí, Governador Valadares e Bacia do Manhuaçu e ainda com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. É formada por sete microrregiões e 142 municípios (IBGE, 2007).

Os municípios que compõem a região têm como base econômica as atividades agropecuárias que sustentam importantes agroindústrias. Favorecidas pela posição geográfica da região e pela malha rodoviária existente permitem a comunicação com grandes capitais. Caracterizada como uma região tradicionalmente produtora de café, milho, feijão, arroz, fumo, mandioca e cebola que são produzidos não apenas para abastecimento da própria região, mas também com o propósito de exportar para outras cidades e regiões, a Zona da Mata tem destacado também os comércios atacadistas que são grandes responsáveis pela geração de empregos na região.

Outro merecido destaque na região é o seu potencial turístico, com montanhas, cachoeiras e cidades pequenas, conta com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o Parque Nacional do Caparaó e Parque Estadual do Ibitipoca.

Não se tem dados de quando o movimento cooperativista iniciou na região, nem do número total de cooperativas existentes. Porém, para a realização deste estudo optamos por analisar somente aquelas formalmente registradas no sistema OCEMG – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais⁵, perfazendo um total de 81 cooperativas, o que representa em torno de 10% da concentração de cooperativas em MG.

Resultados e Discussão

Dos 81 questionários enviados às cooperativas identificadas na Zona da Mata, retornaram preenchidos apenas 15 questionários (18,5%). De acordo com os dados levantados, foi aceitável a baixa percentagem uma vez que muitas delas não têm seus dados atualizados no Sistema o que acarretou a volta de 24% do total com questionários sem preenchimento. Os resultados a que essa pesquisa se refere compreendem só os 18,5% do total que nos retornaram.

⁵ A OCEMG é o representante estadual do sistema OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, organização formal das cooperativas, segundo o que estabelece a lei nº 5.764/71 que regula as sociedades cooperativas. Nos últimos anos, centos de cooperativas têm sido criados no Brasil dentro do campo da economia solidária, as quais não estão vinculadas ao sistema OCB. Nesse sentido, a unicidade da representação das cooperativas está sendo questionada e é um dos temas que estão em discussão na redação da futura lei que substituirá a atual lei das cooperativas. Pelo fato das cooperativas da economia solidária serem mais novas, e de termos insuficientes dados sobre quais seriam as legalmente constituídas e funcionando na região da Zona da Mata e pela nula resposta que obtivemos nos intentos de contato com uma das identificadas, a pesquisa se concentra nas cooperativas do sistema OCB.

Perfil dos Respondentes

As cooperativas são classificadas pela OCB em 13 ramos que as diferenciam de acordo com a atividade econômica, no intuito de dar conformidade de tratamento às questões de interesse, apresentar propostas e reivindicações relacionadas com problemas estruturais ou conjunturais, contribuir para promover a integração dos ramos e a conquista de objetivos comuns destinados ao desenvolvimento do cooperativismo. Os ramos são: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infra-estrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Turismo e Transporte. Na Zona da Mata estão presentes diversos tipos de cooperativas. Neste trabalho participaram apenas cinco ramos, são eles: Agropecuário, Crédito, Saúde, Educacional e Transporte. A diversidade de ramos não foi levada em consideração no desenho da pesquisa uma vez que os princípios cooperativos deveriam ser exercidos por todas independentes da tipologia aplicada a elas. Na tabela a seguir, apresentamos o número total de cooperativas na Zona da Mata, classificadas de acordo com o ramo a que pertencem e a quantidade delas que responderam ao questionário:

TABELA 1 - Quantidade de Cooperativas que responderam e ramos a que pertencem

Ramos	Nº total enviados	Nº de respostas recebidas
Agropecuário	15	4
Crédito	30	4
Saúde	19	5
Educacional	5	1
Consumo	1	0
Transporte	9	1
Trabalho	2	0
Total:	81	15

Fonte: Milagres et al. Dados da pesquisa, 2007.

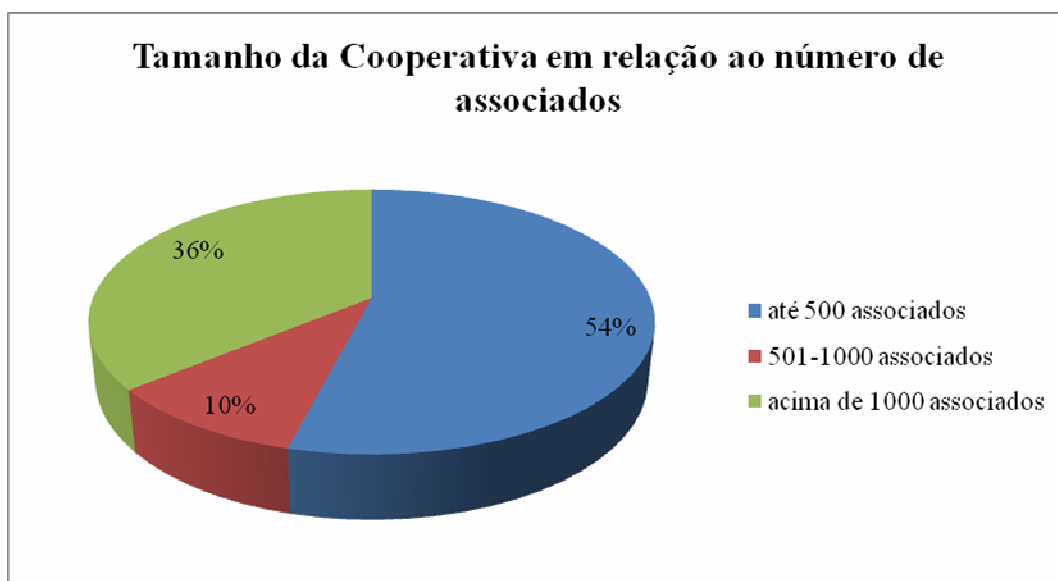
Os respondentes que participaram da amostragem são, em sua maioria, diretores e gerentes das cooperativas, ou seja, conhecedores do campo de ação e das atividades prestadas por estas organizações junto à comunidade e para a comunidade. Houve também, formulários que foram preenchidos por técnicos e por uma assistente social. Conforme estabelecido com as cooperativas partícipes deste estudo este trabalho não divulga o nome dos respondentes.

Tamanho das Cooperativas em relação aos números de associados

O gráfico a seguir mostra a relação das cooperativas aqui estudadas com o número de associados que estas possuem para que se tenha uma idéia do número de envolvidos na organização.

Observa-se que a maioria das cooperativas que aceitaram participar deste estudo, 54% da amostra, apresenta quadro social de até 500 associados.

Figura 1. Número de associados por cooperativa



Fonte: Milagres et al. Dados da pesquisa, 2007

Participação dos Cooperados na Assembléia Geral Ordinária (AGO)

As cooperativas são geridas pelos próprios associados, votados e eleitos em assembléias gerais que definem também sobre outros assuntos principais e aprovados na mesma instância por todos que a compõem. O princípio da Adesão livre e voluntária – em regra geral – permite que qualquer pessoa possa participar da cooperativa, desde que suas necessidades e objetivos sejam semelhantes ao que a organização propõe. É importante que todos os associados possam participar dos processos decisórios, porém nem todos foram capacitados para fazer isso de forma competente. Das cooperativas pesquisadas (15), apenas uma tem participação superior a 50% na última Assembléia Geral.

Como já mencionado no decorrer do trabalho, a participação é o principal elemento para a ação comunitária e a promoção do desenvolvimento. Uma boa participação deveria remeter na valorização dos princípios cooperativos, numa boa organização do quadro social e na ação econômica. Possivelmente, a falta de participação possa se dever ao fato de insuficiente capacitação, o que ocasionaria no perigo da formação de elites dirigentes que acabem controlando a organização e sem se preocupar com a construção de uma estrutura participativa e democrática que garanta a capacitação e a rotação dos associados nos cargos de dirigentes. Desta forma as empresas cooperativas, através do seu corpo diretivo, poderiam acabar buscando benefícios próprios e imediatos que nem sempre são objetivos de todos que a compõem.

A razão de ser de uma cooperativa deveria ser o seu associado. Este deveria ter um papel fundamental na cooperativa, uma vez que por lei seria ele o responsável por tomar as decisões cabíveis e ainda usufruir dos benefícios, agindo como dono-cliente-fornecedor-controlador. O fato da baixa participação nessas organizações está muitas vezes ligado ao fato do associado não reconhecer e não compreender o sistema cooperativista como um todo e/ou

sua cooperativa não ser entendida como própria, mas como uma empresa a mais na região.

Ao analisar se o cooperativismo era difundido na comunidade, procuramos pesquisar se a população saberia distinguir uma empresa cooperativa de uma não cooperativa, 72% das cooperativas afirmaram que a população não saberia a real diferença e atribui esse fato a falta de informação e divulgação do cooperativismo, tanto pelo órgão de representação, quanto pelas próprias organizações cooperativas. A mesma questão foi utilizada no sentido de analisar se os associados saberiam distingui-las, nesse sentido, 36% responderam que os associados sabem da diferença. Os argumentos que muitas utilizaram foram que as cooperativas distribuem cartilhas explicativas sobre o cooperativismo no ato da admissão do associado.

Como a pouca participação é um dos problemas mais comuns no cooperativismo brasileiro, investigamos também como as cooperativas procuram fomentar a participação dos seus associados. Assim, 47% responderam que nada realizam. 27% realizam confraternizações como forma de atrair os associados, 20% realizam algum tipo de evento (torneio de futebol, dia de campo...) e apenas 6% realizam algum tipo de incentivo como: assistência técnica, gerenciamento de propriedades, concessão de financiamentos, tabela de pontos – associado que mais participa ganha bonificação, o que traria ganhos econômicos e sociais.

Participação da Cooperativa com outras entidades

Outras instituições coletivas podem participar e contribuir com o desenvolvimento comunitário junto das organizações cooperativas. O desenvolvimento comunitário é um processo participativo que envolve pessoas e entidades numa ação conjunta em projetos voltados para a melhoria das condições de vida, portanto, é preciso não só saber como divulgá-lo, mas sim, saber executá-lo. A parceria e o trabalho conjunto com essas entidades são imprescindíveis e poderiam dar um grande suporte para a comunidade.

Na Zona da Mata pode-se dizer que as cooperativas exercem algum vínculo e/ou parceria com outras entidades de caráter municipal, estadual e até nacional. Neste cenário damos destaque para as organizações de classe e de representatividade do cooperativismo, uma vez que obtendo participação junto a esses órgãos, os associados se beneficiariam por atuarem de forma integrada em políticas que podem orientar para um desenvolvimento pautado na dimensão comunitária.

Para aquelas que têm envolvimento com outras organizações, ou seja, 94% das respondentes, constatou-se que 44% dessas citaram apenas as federações e confederações cooperativas, 50% alegam ter participação em associações e conselhos de classe, dentre os citados foram: a Associação Comercial do município onde a cooperativa se situa, o Conselho Regional de Educação, o Conselho Nacional do Café, a FAEMG e CECAFE, essas entidades foram classificadas pelas cooperativas como de grande importância por contribuírem com trabalhos relacionados a assistência técnica, controle de qualidade e nas demais prestação de serviço. Já os 6% restantes declaram não participar de nenhuma instância de relacionamento com outras organizações.

Participação das cooperativas em instâncias coletivas gestoras de políticas públicas

Preocupação com a comunidade é outra forma de chamar o 7º princípio cooperativo, portanto, neste tópico analisamos se as organizações cooperativas da região participam de algum conselho comunitário (na prefeitura), ou comissões locais (com outras organizações do município), comitês de bacia, conselhos territoriais, instâncias gestoras de ações e/ou políticas públicas ou ainda em comissões organizadoras de atividades locais que contribuam com a questão da dimensão comunitária para o desenvolvimento. No entanto, só 20% responderam que participam de algum conselho no município e em uma comissão organizadora de atividades locais, dentre os citados, destaque para os trabalhos elaborados em parceria com a Universidade Federal de Viçosa. As demais declararam não participar de nenhum conselho ou instâncias gestoras de políticas públicas.

Relação entre participação social e resultado econômico

É através de uma efetiva, consciente e responsável participação de todos os associados que se obterá o sucesso das metas socioeconômicas do empreendimento (VALADARES, 2005). Avaliando ainda a participação nas cooperativas da região, procuramos entender se o fato de existir uma maior participação dos associados na cooperativa, se obteria um melhor resultado econômico dessas organizações. 27% responderam que sim, uma vez que participando da cooperativa as sobras no final do exercício seriam maiores, trariam maior retorno para os associados e para a organização.

Outro dado levantado que inter-relaciona com a participação dos associados nas cooperativas é o incentivo à produção e a competitividade. Deste modo, procuramos investigar se essas organizações realizam atividades que incentivam este tipo de participação, porém a pesquisa mostra que 86% não realizam atividades de incentivo a produção e a competitividade aos seus associados e aquelas que utilizam dessas atividades (14%) fazem na forma de concurso de qualidade e da prestação direta de assistência técnica. Outro ponto também que chamou a atenção é o fato dessa etapa da pesquisa ter sido respondido apenas por cooperativas do ramo agropecuário.

Realizam atividade de Marketing

Muitos projetos sociais não têm o intuito de apenas promover o desenvolvimento comunitário, mas sim promover o marketing institucional dessas organizações. Assim, o objetivo de elaborar uma questão que investigasse o marketing da cooperativa foi motivado para entender se o que essas organizações chamam de marketing poderiam ou não ser tratado como um fator que colabora com o desenvolvimento e não somente com a imagem da organização. Deste modo, 73% das cooperativas realizam algum tipo de marketing: palestras para a comunidade, notas na rádio, TV, participação em feiras e eventos com divulgação dos seus produtos, jornais, informativos, sites, placas, entre outras formas todas afirmaram ter um único objetivo, assegurar que o associado fique informado do que a sua organização está fazendo. Diante dos dados apurados, percebe-se também que as atividades de

marketing realizadas pelas cooperativas se assemelham as atividades realizadas por empresas não-cooperativas.

Assim chegamos a outro resultado onde percebemos que os canais de comunicação que essas cooperativas utilizam com o associado são também caracterizados como atividades de marketing e não como fruto de uma boa gestão social.

Participação em projetos sociais

A participação das cooperativas em projetos sociais é uma forma de mostrar o que essas organizações fazem de concreto com a comunidade na qual elas se encontram inseridas. O interesse por projetos sociais atualmente tem ganhado espaço por vários segmentos empresariais seja ele cooperativo ou não.

Partindo da idéia que a aplicação do sétimo princípio cooperativo tem como um dos pilares, disseminar ações que beneficiem à comunidade de modo geral, procuramos analisar como as cooperativas da Zona da Mata atuam nesse sentido. Foi constatado que 60% das cooperativas realizam algum projeto social que beneficia a comunidade na qual se encontram inseridas, alguns em parceria com instituições públicas e/ou privadas do próprio município à que pertencem. Outro ponto destacado durante a pesquisa é que 40 % das respondentes realizam também algum projeto de incentivo à cultura e ao lazer dos membros associados.

Para ilustrar esse ponto com mais precisão descreveremos as atividades exercidas pelas cooperativas de acordo com os ramos a que pertencem.

Ramo Agropecuário (4 cooperativas): As cooperativas agropecuárias citaram projetos sociais diversificados em relação a outros ramos dentre eles: o *Projeto Horta nas Escolas:* Incentivo à construção de hortas nas escolas públicas (incluindo APAEs, creches e lares beneficentes) para a melhoria da merenda escolar e valorizar o trabalho em grupo com a terra. *Segurança e Solidariedade:* Incentivar o cooperado na compra conjunta de alguns produtos específicos, daí os lucros obtidos com as vendas destes produtos serão revertidos para uma entidade escolhida em função da prioridade e das necessidades. *Torneio Esportivo:* com a participação direta dos produtores rurais, e indireta da população local.

Sobre os projetos de cultura e lazer, as que realizam citaram o apoio de eventos, porém não foi especificado como a ação era desenvolvida. Das cooperativas pertencentes ao ramo agropecuário apenas uma disse não realizar nenhum tipo de projeto que beneficie a comunidade uma vez que esta está “fechando as portas” devido a uma dívida contraída.

Ramo Crédito (4 cooperativas): As cooperativas financeiras demonstraram ser muito pouco ativas quanto aos projetos sociais, projetos culturais e de lazer. Uma citou o incentivo à bolsas de iniciação científica e o programa de estágio numa universidade, ambos para os filhos de associados. Outra citou como projeto social a ajuda de 10 creches do município na qual está situada. As demais não responderam ou disseram não realizar projetos.

Ramo Educacional (1 cooperativa): A cooperativa educacional apresentou bastante projetos diferenciados e capazes de envolver uma

participação maior da comunidade local. Foi citado o projeto de reciclagem de lixo em parceria com uma associação do município, a realização de apresentações culturais que valorizassem o folclore, o trabalho através das artes (música, teatro e dança) e a realização de feiras com mostra de trabalhos dos alunos. Sobre programas de lazer, citou a tradicional festa junina organizada por eles e aberta à comunidade. Nota-se, no entanto, que a cooperativa educacional não mostra projetos que a diferenciem de uma escola comum, apesar dos trabalhos se assemelharem, o ramo educacional seria, pelo menos em tese, um dos que mais contribuiria com a comunidade, já que é da natureza e competência da escola promover a participação local nas suas atividades extraclasse. As próprias diretrizes curriculares exigem atividades focadas nas comunidades e que promovam a participação tanto dos professores quanto dos alunos nas mesmas.

Ramo Saúde (5 cooperativas): As cooperativas de trabalho médico e odontológico, pertencentes à área da saúde apresentaram projetos competentes da sua área de atuação. Dos trabalhos descritos a seguir apenas 2 cooperativas são responsáveis por eles, o restante não descreveram nenhum projeto social ou programa cultural. O *HiperDia* e a *Caminhada Orientada* são projetos que atendem à população hipertensa com palestras abertas a comunidade em geral, essas ações são desenvolvidas por uma cooperativa do município onde atua. Essa mesma cooperativa patrocina ainda um evento cultural mensal chamado de *Café com Papo* (este item não foi citado quando perguntadas sobre marketing). Outra cooperativa, por sua vez, citou a realização do projeto *Dente de Leite*, que numa parceria com a prefeitura, realiza o atendimento de crianças e adolescentes assistidos por outros projetos sociais do município e, também, a realização do programa cultural em parceria com o Sistema OCEMG que levou para a comunidade uma peça teatral onde foram arrecadadas 2 toneladas de alimentos e doados a instituições da cidade.

Ramo Transporte (1 cooperativa): Este ramo não descreveu nenhum programa cultural ou projeto social que envolva a comunidade de modo geral. Foi citado apenas o apoio dado a alguns eventos do município ao qual pertence.

Auto-avaliação: Contribuição da Cooperativa com a comunidade

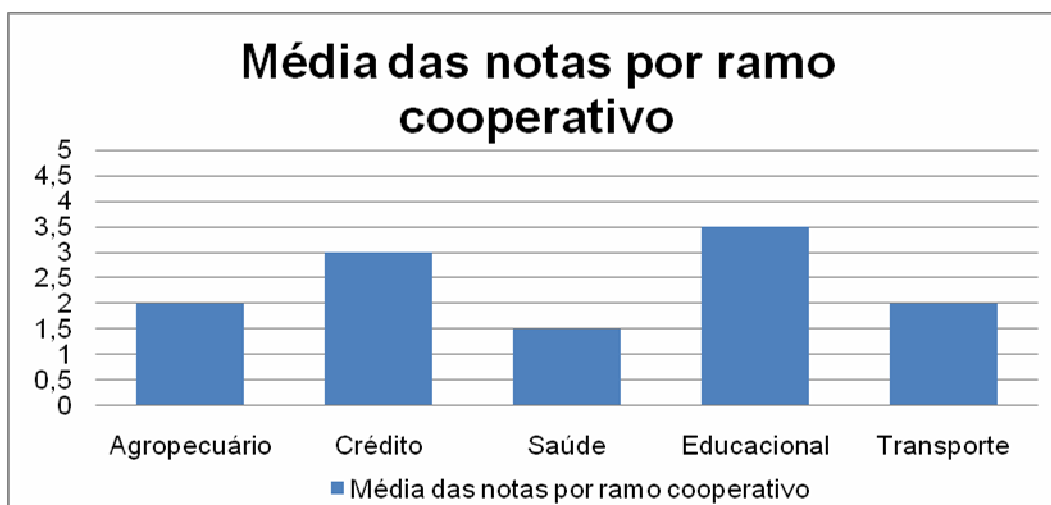
Pedimos a organização cooperativa que fizesse uma auto-avaliação sobre sua atuação na comunidade envolvendo a participação dos seus associados em sua gestão. As cooperativas poderiam dar uma nota de 1 a 5 sobre sua contribuição com a comunidade e que explicassem a nota atribuída.

Essa questão pretende fazer refletir ao respondente sobre as ações que as cooperativas executam para a comunidade citadas no tópico anterior sobre projetos sociais, atividades de cultura e lazer e como se avaliam de forma que contemplem o bem-estar econômico e social, orientando para uma participação comunitária e de melhoria de vida para a população.

Mesmo com a realização de alguns projetos sociais, as organizações cooperativas entendem que seu papel ainda perante a comunidade precisa melhorar. Isso pode ser comprovado através da nota que elas deram por seu papel junto a comunidade. Por exemplo, se fôssemos avaliar individualmente

as cooperativas, obteríamos notas menores ou igual a 2 (numa escala de 0 a 5) em 60% das respondentes, ou seja, segundo a visão da maioria das empresas cooperativas sua contribuição com a comunidade encontra-se num grau mínimo, o que contraria o cumprimento do sétimo princípio cooperativo. Porém, optamos por avaliar a média das notas e ponderar segundo o ramo a que pertencem. No gráfico a seguir é possível analisar que nenhum dos ramos pesquisados na média das notas obteve nota igual ou superior a 4, porém achamos conveniente avaliar a nota obtida de acordo com os projetos executados por elas e com o que declaram sobre a participação dos cooperados:

Quadro 1: Nota da auto-avaliação segundo o ramo cooperativo



Fonte: Milagres et al. Dados da pesquisa, 2007.

Nota-se, portanto que o que as cooperativas declararam fazer na prática envolvendo a participação do associado fica muito aquém das notas por elas atribuídas quando afirmam contribuir com a comunidade, principalmente se analisado sob a ótica do desenvolvimento comunitário.

No entanto, isso não necessariamente faria com que seus projetos deixem de ser uma contribuição para comunidade já que o sétimo princípio permite a liberdade dos membros associados de escolherem as políticas especiais de desenvolvimento de suas respectivas comunidades. Outro aspecto que cabe destacar aqui são os outros trabalhos que envolvem o apoio e o incentivo a cultura local realizado por uma cooperativa em conjunto com a OCEMG/SESCOOP. As cooperativas poderiam aproximar mais do SESCOOP a fim de buscar não somente a qualificação profissional para diretoria e conselho fiscal, mas também, articular no sentido de alavancar o trabalho de desenvolvimento e promoção social.

Conclusões

Com base nas concepções estudadas acerca do desenvolvimento e de sua relação com a participação, pode-se inferir que as cooperativas teoricamente poderiam influenciar nas políticas locais e serem protagonistas do desenvolvimento. Mas, na prática percebe-se a dificuldade, por distintas razões, de obter uma maior participação dos associados nas decisões da

cooperativa e no seguimento das ações. Dessa forma percebemos o quanto é importante 'fomentar a participação a partir do nível local' (SCHNEIDER, 1991, p. 127), principalmente no que se refere ao desenvolvimento comunitário onde o desafio se torna ainda mais evidente.

A discussão desenvolvida nesse trabalho fundamenta-se na idéia de que o desenvolvimento a ser promovido pelas cooperativas na comunidade estaria relacionado ao cumprimento do sétimo princípio, e que seu sucesso depende das ações e das decisões que as pessoas têm de exercer seu papel como agente de mudança econômica, social e política.

Além de uma baixa resposta aos questionários que por si só já pode ser considerada um indício da baixa importância dada à questão pesquisada, os resultados apresentados pelos questionários recebidos, mostram uma baixa atuação das cooperativas em atividades vinculadas com o desenvolvimento comunitário, como pôde ser visto no que se refere a baixa participação das cooperativas com outras entidades, órgãos do setor onde ela atua e de instancias geradoras de políticas públicas.

A pesquisa possibilitou reconhecer a dificuldade das organizações cooperativas de cumprir na prática com o que potencialmente poderiam atingir, uma vez que segundo os resultados deste estudo, as cooperativas pouco fazem em relação a sua gestão social, o que pôde ser demonstrado com o que essas realizam em benefício da comunidade em seus projetos sociais e na baixa auto-avaliação feita por elas.

A preocupação em obter uma gestão econômica eficaz muitas das vezes pode diminuir ou minimizar a importância de uma gestão social qualificada, que seja transparente e que se preocupe com os princípios que as orientam. A profissionalização da gestão seria necessária para o desenvolvimento econômico das empresas em geral, e nas cooperativas tradicionais⁶ em particular. Porém, sem uma ênfase na participação dos dirigentes e dos associados, numa adequada gestão social, na democracia do poder e na disseminação da educação cooperativista entre seus membros, a organização cooperativa deixaria de ser uma empresa de propriedade coletiva, onde as pessoas se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e políticas, e passariam a agir como uma empresa não-cooperativa e que nada fazem para a promoção do desenvolvimento de suas comunidades.

Percebe-se, no entanto, que as sociedades cooperativas, para conseguirem cooperados comprometidos com sua organização, deveriam investir na capacitação e treinamento dos mesmos, assim como na promoção dos valores cooperativos da comunidade a qual pertencem. Desta forma, a complementaridade entre gestão empresarial e gestão social se obteria uma autêntica gestão cooperativa, mais eficiente social e economicamente e com maior impacto na comunidade a qual pertence.

Ao final desta pesquisa outras possibilidades de estudo poderão ser desenvolvidas a partir do mesmo, acredita-se ainda que com a temática deste trabalho, ainda pouco estudada, possa servir como estimulador na necessidade

⁶ Entende-se por cooperativas tradicionais àquelas que não pertencem ao campo da economia solidária.

de mais pesquisas acerca da potencialidade e responsabilidade do cooperativismo no desenvolvimento comunitário e da gestão social.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo In: SCHNEIDER, José Odelso. **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.p.109-134.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Identidad y Principios Cooperativos** – Publicação da Declaração adotada pelo Congresso e Assembléia Geral de 1995 da A.C.I. Montevideu: Cudecoop – Editorial Nordan Comunidad, 1995.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidades no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1978
- ANUARIO DO COOPERATIVISMO MINEIRO. **Maiores Cooperativas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: OCEMG, 2006.
- BARROSO, Marcelo Francini Girão. **Marketing Social em Cooperativas Agrícolas**. In: Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das Universidades, v. II. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003.
- BORGER, F. G. **Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**, 2001. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade Federal de São Paulo.
- FERREIRA NETO, Augusto. **Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação da política e programas de desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: BNH/DEPEA, 1982.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 19 mar. 2007.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 22 mar. 2007.
- KLIKSBERG, Bernard. Six unconventional theories about participation. **International Review of Administrative Sciences**, v.66, p.161-174, 2000.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PINHO, Diva Benevides. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas: Compartilhando Igualdade e Responsabilidades**. Brasília: SESCOOP – OCB, 2000.
- PRESNO AMODEO, Nora B. **As Cooperativas Agroindustriais e os Desafios da Competitividade**, 1999. Tese (Doutorado em Desenvolvimento) – CPDA/UFRRJ

- PRESNO AMODEO, Nora B. **Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural.** In: PRESNO AMODEO, N. B. e ALIMONDA, H. (org.) Ruralidades, capacitação e desenvolvimento. Viçosa: UFV, 2006.
- PRODEMATA – **Relatório do Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata, 1977-1984.** Viçosa: PRODEMATA – Departamento de Economia Rural/UFV, 1984.
- ROMANO, Jorge O. **Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza.** In: International Workshop, Rio de Janeiro, 2002, p.26.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VALADARES, José H. **Participação e Poder: O Comitê Educativo na Cooperativa Agropecuária.** Lavras: UFLA, 1995.
- VALADARES, José H. **Mecanismos Institucionais de Participação e Controle Democrático.** In: Estratégias de Educação para a cooperação. Viçosa: UFV, 2005 (Apostila)